

Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade¹

Diógenes Lycarião*

Resumo:

Esse artigo explora as vantagens e problemas que o destrinchamento conceitual da esfera pública em visibilidade e discutibilidade oferece para se interpretar as funções políticas dos *media*. No que diz respeito às vantagens, são destacadas as contribuições trazidas para se superar as perspectivas analíticas da tradição de pesquisa que ficou conhecida como mal estar midiático. Em relação aos problemas, o artigo questiona a afirmação de que o quadro teórico habermasiano da democracia deliberativa teria parca potencialidade empírica, já que a visibilidade seria mais influente do que a discutibilidade. Essa afirmação é colocada em suspeição tendo em vista que o quadro teórico em questão prevê, em seu modelo de circulação do poder, um intercruzamento entre diferentes âmbitos e arenas discursivas.

Palavras-chave: Esfera pública; Sistema Midiático; Democracia deliberativa.

Abstract:

This paper explores the advantages and the problems from the conceptual repartition of the public sphere in visibility and discutibility (*discutibilidade*). These advantages and problems will be assessed by what this repartition offers to interpret the media's political functions. About the advantages, I will underline the contributions brought to overcome the analytic perspectives of the research tradition known as media malaise. About the problems, the article will contest the statement that the habermasian theoretical framework would have few empiric potential because the visibility would be more influential than the discutibility. That statement is objected alleging that the Habermas' two-track model of power circulation foresees an intersection between different loci and discursive arenas.

Key words: Public sphere; Media System; Deliberative Democracy.

Introdução:

Esse artigo explora a tensão que se apresenta entre visibilidade e discutibilidade quando essas noções são utilizadas para interpretar a comunicação política mediada pela indústria da comunicação de massa. Essas noções foram traçadas por Wilson Gomes (1999, 2004, 2007) a partir de uma revisão crítica do conceito de esfera pública desenvolvido por Jürgen Habermas ([1962] 1984, [1990] 1999, [1992] 1997). Tais

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG e integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME). Mestre pelo mesmo programa e Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará.

noções estabelecem uma digressão conceitual que tem permitido uma nova perspectiva analítica sobre a interface entre esfera pública e comunicação de massa. Um olhar que, nesse sentido, supera, em aspectos relevantes, a tradição do mal estar midiático (tradição esta que ficou conhecida por acusar e denunciar o papel dos *media* em sabotar as vias de realização de uma esfera pública autêntica).

Tomando, então, como ponto de partida a referida digressão conceitual, esse artigo visa discutir mais detidamente algumas das possibilidades abertas pelo autor que são fechadas por ele próprio quando seus trabalhos mais recentes (Gomes, 2008a, 2008b, 2008c) mostram-se, em alguns aspectos, praticamente idênticos aos estabelecidos pela tradição do mal estar midiático. O aspecto mais proeminente desse fechamento se dá quando o autor avalia que a visibilidade é, na prática das sociedades contemporâneas, mais influente do que a discutibilidade. Uma influência maior esta que se fundamenta na idéia de que o ambiente midiático deteria um peso determinante na produção dos fluxos comunicativos operados entre esfera civil e esfera política.

Nesse sentido, o artigo buscará problematizar essa análise de Gomes. Uma problematização que, se por um lado não contesta o argumento em torno do peso da comunicação de massa em abrigar os referidos fluxos, por outro, contesta a idéia de que a visibilidade pública política dos *media* não se forma ela própria sobre um lastro na discutibilidade.

Para realizar essa contestação, propõe-se que se examine, com maior atenção, determinadas implicações analíticas que o modelo de democracia deliberativa de Jürgen Habermas oferece para se interpretar a visibilidade midiática. Também se propõe, nesse sentido, que essa contestação tem sua razão de ser nas próprias análises de Gomes quando este trabalha analiticamente a relação da comunicação de massa com a esfera de discussão pública. Um trabalho que, ao evidenciar como a visibilidade dos *media* possui um contato intenso com a esfera de discussão pública, faz com que a *opinião publicada* passe a deter boas doses de ressonância com a *opinião pública*.

O artigo, desse modo, sustenta que a afirmação de Gomes - quanto a visibilidade ser mais influente do que a discutibilidade - vai de encontro ao que o próprio autor, em outros momentos, havia sugerido em termos de operações analíticas para se interpretar a relação entre esfera de discussão pública e esfera de visibilidade pública.

A defesa dessa dupla contradição (tanto do autor consigo mesmo, como com relação ao quadro teórico habermasiano) foi estruturada em duas secções. Na primeira, são

exploradas as noções de visibilidade e discutibilidade formuladas por Gomes. Nesse momento, são destacadas as vantagens que elas trazem, tanto para uma compreensão mais refinada acerca do conceito de esfera pública, como para se interpretar a indústria da comunicação de massa.

Na segunda secção, por sua vez, são trabalhados os aspectos problemáticos identificados por Gomes acerca da validade empírica da noção de esfera pública em função do argumento, apresentado por ele, de que a visibilidade seria mais influente do que a discutibilidade. É nesta secção que tomamos a teoria da democracia deliberativa para referenciar argumentos e interpretações que colocam esse tipo de análise em suspeição. Ademais, nessa mesma secção, são retomadas as formulações do próprio Gomes que potencialmente sugeriram um sentido divergente à compreensão de que a visibilidade seria mais influente do que a discutibilidade. Um sentido divergente, mas não oposto, já que o próprio Gomes, em tais formulações, havia proposto, de modo coerente ao conjunto de fenômenos previsto pela idéia de um sistema deliberativo (Mansbridge, 1999), que a visibilidade midiática faria parte, ela mesma, do processo de circulação discursiva desse sistema. Ou seja, a própria visibilidade teria lastro na discutibilidade.

Por fim, propõe-se que a maior carência para se gerar análises mais fundamentadas acerca das funções de esfera pública dos *media* se encontra no campo empírico e não, tal como sugere Gomes, no quadro teórico da democracia deliberativa.

1. Esfera pública e os *media*:

As exigências normativas da esfera pública abrem um quadro de tensão em torno da possibilidade de que uma opinião pública autêntica² possa ser efetivamente produzida no seio das estruturas da comunicação social contemporânea. Isso porque essa comunicação estaria largamente colonizada pela racionalidade administrativa e pela lógica do poder econômico. Uma colonização que, por sua vez, colocaria em tensão - ou mesmo em xeque - a possibilidade de que as disputas políticas viessem a ser resolvidas por meio de um diálogo aberto, generalizado e politicamente justo.

A abertura dessa tensão pode ser encontrada, segundo Avritzer & Costa (2004), na agenda de pesquisa em torno do conceito de esfera pública. Isso porque o conceito acabou por estimular o "desenvolvimento de duas áreas de investigação na teoria social muito produtivas e, não obstante, contraditórias" (p.704).

A primeira tratou de identificar as contribuições e articulações que o campo da chamada sociedade civil constituiu para produzir espaços de contestação e transformação de

padrões culturais de entendimento. Já a segunda, em sentido diverso, ateu-se à tensão entre a autonomia da crítica cultural e os efeitos que a indústria da comunicação de massa teria gerado sobre a discussão pública.

É, então, precisamente nessa segunda agenda de pesquisa que a referida tensão se mostra com clareza, na qual a normatividade da esfera pública habermasiana parece mais se distanciar. Isso porque, mesmo passados mais de 40 anos desde as críticas mais ácidas que Habermas ([1962] 1984) conferiu ao papel da indústria da comunicação no sentido de degradação do debate público, muitos pontos da análise ainda permanecem de pé, mesmo depois de tantas revisões³.

No sentido, então, de dar continuidade e desenvolver aquelas primeiras análises de Habermas em torno do âmbito da produção da indústria cultural, formou-se todo “um corpo de literatura dedicada a resenhar o modo histórico com que os meios de massa teriam falhado com a esfera pública.” (GOMES & MAIA, 2008, p.19). Uma falha que teria se dado pela degeneração das funções de esfera pública que o jornalismo político teria desenvolvido nas emergentes sociedades burguesas. Funções essas que eram “ligadas aos interesses defensivos (em face do poder do Estado) das camadas burguesas, ou seja, funções não meramente informativas, mas críticas e pedagógicas.” (GOMES, 2008c, p.45). É em referência, portanto, do enfraquecimento dessas funções que o referido corpo de literatura tem se desenvolvido.

Essa literatura, no caso, tende a focar tanto os aspectos envolvendo a qualidade argumentativa que a indústria da informação promove quanto a idéia de uma desconexão entre sociedade civil e sociedade política, acusando os *media* de não prover efetivos canais de comunicação entre as duas instâncias (cf. Coleman, 2000, p.67). Nesse sentido, a comunicação de massa é compreendida muito mais como um obstáculo à deliberação pública do que como uma estrutura a seu serviço. Reside, assim, a idéia de que uma produção crítica efetivamente autêntica tem que passar por um enfrentamento das “agências de distorção da esfera pública, tais como a influência exercida pelas grandes corporações dos *media*” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.490). Essas análises se desenvolveram com tal intensidade que, segundo Maia (2006), chegaram a formar escolas importantes na pesquisa acerca da comunicação de massa. Dentre elas, destacam-se os trabalhos da *videomalaise* (mal estar midiático) e do *knowledge gap*.

No entanto, esses trabalhos não ficaram imunes a críticas nem podem ser considerados como as únicas perspectivas disponíveis para uma apreciação mais exaustiva acerca do que a literatura oferece a respeito dos efeitos da comunicação de massa sobre a esfera

pública. Ainda que as perspectivas em prol do mal estar midiático tenham predominado, há um outro conjunto de pesquisas que aponta para efeitos positivos do jornalismo constituído pela indústria da informação. Dentro desse conjunto, destacam-se as formulações teóricas de Gomes quando este destrincha o conceito de esfera pública em duas dimensões analiticamente estruturantes que são, a saber, a *visibilidade* e a *discutibilidade*.

A primeira se refere àquilo que se opõe ao segredo (encontrando aí seu lastro de origem na perspectiva kantiana acerca dos testes necessários para assegurar a legitimidade de uma política).

Já a segunda (a discutibilidade) se fundamenta nas requisições de razões públicas, de padrões argumentativos inclusivos que atendam as exigências de uma comunicação dialógica e que prime pela justificação e argumentação das proposições levadas ao público. Essas duas dimensões são consideradas as pedras angulares de constituição do conceito. É, então, justamente por abrigar tais pontos de origem distintos que o autor avalia ser a noção de esfera pública uma sobreposição ou “uma fórmula condensada para expressar a idéia de esfera da argumentação pública” (GOMES, 1999, p.212).

Essa diferenciação realizada por Gomes permite superar alguns pontos cegos da tradição do mal estar midiático por abrir um caminho de análise que lhe permite traçar diversas vantagens da comunicação de massa ignoradas por essa tradição. Isso acontece quando o autor focaliza os fenômenos decorrentes da proeminência dos *media* em produzir uma visibilidade pública ampliada.

Um desses fenômenos é o descortinamento das zonas de segredo que o campo político gostaria de manter veladas, mas que acabam por ganhar visibilidade devido à atuação do jornalismo investigativo. Este, por sua vez, apresentar-se-ia, nas práticas rotineiras da indústria da comunicação, como “um perigoso adversário do segredo da esfera política e um potencial sabotador das iniciativas de administração da reserva-exibição dos agentes políticos.” (GOMES, 2004, p.121). O efeito prático dessa atuação do campo da comunicação é que a visibilidade se encontra, na maioria das democracias liberais, “em expansão sobre o campo político reduzindo de forma crescente as esferas de discricção de que se valem a barganha e a política miúda.” (ibidem, p.125).

Os efeitos salutarés da indústria da comunicação identificáveis a partir da dimensão da visibilidade não parariam por aí. Tendo em vista o efeito que esse setor da produção econômica gerou em termos de abstração da esfera pública, não se pode negar que

implicações importantes para a condução dos negócios públicos se apresentam. Nesse sentido, a constituição de um público ampliado para o qual é direcionado um enorme cardápio de assuntos e fatos do mundo político se mostra como uma forma importante de gerar inclusividade e oportunidades de escrutínio público acerca das intenções e ações do poder político.

A inclusividade em questão se dá pelo fato da audiência da indústria da comunicação ser de massa, o que faz com que ela comporte em seu interior uma miríade de públicos e de interesses vinculados a eles (homens, mulheres, trabalhadores, empresários, etc.). Como resultado, a situação de fala que esse ambiente gera favorece a formação daquilo que os teóricos deliberacionistas chamam de "razões publicamente defensáveis"⁴.

Além disso, Gomes identifica diversas razões que fariam da esfera de visibilidade pública controlada pelos *media* algo fundamental para a constituição dos debates públicos:

a) a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a *disponibilidade* e a *acessibilidade*, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente – o que equivale a perder-se – se não se convertem em *visibilidade*; b) a esfera de visibilidade pública *torna disponíveis*, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública. (GOMES, 2008b, p.136).

Mesmo trabalhando com a hipótese de que apenas as elites do poder político têm a oportunidade de se expressarem em tal ambiente, os *media*, de todo modo, contribuiriam "para reforçar o sistema de *checks & balances*, garantindo a competição, a limitação e o auto-controle mútuo dos poderes oficiais." (MAIA, 2002, p.10).

Ademais, quando Gomes destaca que a esfera de visibilidade pública controlada pelos *media* torna disponíveis discussões geradas em outras arenas que não a própria mídia, ele oferece aqui um entendimento que escapa a alguns dos lugares-comuns difundidos pela tradição do mal estar midiático. Um desses lugares tende a compreender a mídia como uma instância com independência suficiente para "fabricar" a opinião pública, ou seja, de forjar, a partir dos interesses e orientações ideológicas de seus proprietários, os temas políticos e as formas de interpretá-los.

As formulações de Gomes colocam sob suspeita esse modo de compreender os *media*. Isso porque, segundo o autor, se há, em alguma medida, interferência e influência dos interesses ideológicos dos patrões sobre o trabalho dos profissionais dos *media*, haveria, no entanto, motivos suficientes para acreditar que essa influência não seria tão predominante como certas linhas de análise levam a crer.

Quando se leva em conta os outros fatores que configuram a rotina produtiva dos *media*, seria possível identificar lógicas concorrentes que impedem que eles se apresentem como uma voz monolítica ou como uma correia de transmissão ideológica de seus proprietários. Um dos principais fatores que impediriam esse controle ideológico seria a própria natureza comercial da indústria da comunicação, a qual coloca, como condição para sua sobrevivência e expansão, ter de satisfazer mais a demanda política da audiência do que a dos patrões:

quando as instituições que produzem comunicação de massa passam a funcionar como empresas (...) o cálculo econômico, que manda prestar atenção no que o consumidor demanda, substitui com vantagem o cálculo político, que mandava levar em consideração as perspectivas de ganho do grupo ou partido político. (GOMES, 2004, p.172).

Tal análise não ignora que, no interior do sistema midiático contemporâneo, os interesses de seus proprietários venham a interferir na produção de conteúdo. Podem até interferir, mas em franca desvantagem com as demandas comerciais que o público médio impõe. Além disso, outro elemento coloca essa interferência ainda mais em desvantagem, que é, a saber, a cultura profissional do jornalismo.

A partir do momento que o campo jornalístico tem a oportunidade de se desenvolver, o resultado empiricamente verificável (Miguel, 2002; Porto et al, 2002) é de uma produção de informação política mais coerente aos valores desse campo, tais como uma cobertura ideologicamente equilibrada e a imparcialidade política. Isso impele os jornalistas a se utilizarem de fontes cujos modos de interpretar os fenômenos e assuntos políticos acabam por fazer da mídia uma cena razoavelmente pluralista e competitiva.

A mídia, assim, deixa de funcionar como simples *médium* de transmissão ideológica de certos grupos políticos e se transforma em *ambiente* de comunicação e em *arena* de disputa política. Para acessar esse ambiente, é preciso se utilizar das lógicas e valores próprios que o regulam, assim como se faz imperativo ter que operar com a lógica competitiva que se estabelece em seu interior. O trabalho teórico de Gomes afirma, assim, que, a partir do momento que conjugamos a natureza comercial da mídia com os valores do jornalismo profissional, o resultado final é que "não há propriamente meios, mas setores industriais e campos sociais." (GOMES, 2004, p.56).

Os ganhos e as contribuições que a comunicação produzida pela indústria cultural gerou parecem, então, bastante fortes para que se continue a se sustentar a perspectiva do mal estar midiático sem maiores ponderações. Isso porque a esfera de visibilidade política teria, a partir de sua ação, expandido-se fortemente. Uma expansão que, ao mesmo tempo, conservou pluralidade política e exacerbou as funções de vigilância da

esfera civil sobre a esfera política. Os integrantes desta (os representantes políticos) agora se vêem, cada vez mais, tolhidos das zonas de segredo com a qual podiam exercer, sem maiores ônus ou custos políticos, a política miúda ou mesmo a corrupção.

Ademais, a indústria da comunicação teria constituído uma esfera de visibilidade pública ampliada, marcada por uma intensa abstração e pelo descentramento de suas matrizes ideológicas e culturais.

É justamente em função dos referidos ganhos em termos de abstração que Habermas irá, em suas obras mais recentes, demarcar a visibilidade da indústria da comunicação como um lócus por excelência da *esfera pública abstrata* (Habermas, [1992] 1997, p.107). Ainda que algumas das críticas tenham sido conservadas, essa categoria é uma das evidências que demonstram uma significativa transformação na forma com que a comunicação de massa tem sido interpretada no quadro teórico habermasiano. Nesse sentido, as perspectivas que vêm se apresentando, no campo da teoria democrática deliberativa, passam a ter uma maior disposição em aceitar contribuições positivas da comunicação de massa para a formação de um debate público generalizado (Cf. Bohman, 1996, p.43).

2. Tensões entre visibilidade e discutibilidade em função do quadro teórico habermasiano:

Não obstante todas as vantagens reveladas pela digressão conceitual de Gomes para se interpretar os *media* em função do conceito de esfera pública, esse mesmo autor, por outro lado, estabelece uma análise que parece comprometer muitas das vantagens anteriormente identificadas. Isso ocorre quando ele parte da noção de discutibilidade para identificar uma tensão no quadro teórico habermasiano no que diz respeito às funções de esfera pública desempenhadas pelos *media*:

No arco desses quarenta e cinco anos, passamos de uma perspectiva que claramente responsabilizava a comunicação industrial de massa pela desvirtuação da esfera pública (*Mudança Estrutural*), para uma perspectiva que aceita como fato concreto que a esfera pública predominante repousa sobre a plataforma da comunicação pública mediada pelos meios de massa, pagando, contudo, pelos ganhos em acessibilidade e abstração com a perda da discutibilidade ou, ao menos, de níveis democraticamente densos de discussão pública (*Direito e Democracia*). (GOMES, 2008b, p.118).

Nesse sentido, a tensão que se verifica é que, apesar de expandir a visibilidade pública política, os *media* empobreceriam a discutibilidade. Isso seria extremamente grave já que, apesar de ambas serem dimensões fundamentais da esfera pública, elas não ocupariam o mesmo peso na teoria deliberativa. Isso porque, segundo Gomes, “entre visibilidade e discutibilidade como propriedades da esfera pública, a escolha de Habermas

é clara desde *Mudança estrutural: a discutibilidade*” (GOMES, 2008a, p.94). Uma escolha que inclusive teria permanecido em *Direito e Democracia*, na qual “a visibilidade, definitivamente, não se demonstra algo da predileção de Habermas para a constituição do conceito.” (GOMES, 2008b, p.156). Aliás, essa preferência não seria algo particular do autor alemão, já que o conceito de opinião pública que mais mobilizaria a filiação dos autores deliberacionistas, em geral, seria aquela da “opinião coletiva resultante da discussão pública.” (GOMES, 2008a, p.112)⁵.

Para Gomes (2008a, p.114-115), essa predileção, no entanto, deixaria escapar dois outros tipos de opinião pública que seriam extremamente importantes para se compreender os fatores ligados ao público⁶ que mais influenciariam as ações do sistema político.

O primeiro tipo alternativo à opinião formada pela discussão orientada segundo os critérios “fortes” da publicidade seria aquele que se habituou chamar de *opinião publicada*. Para o autor, “o centro produtor da opinião publicada é a comunicação de massa e os agentes centrais do sistema são os príncipes da opinião do jornalismo e da televisão.” (GOMES, 2008a, p.113). A ação desses profissionais seria bastante influente no processo de tomada de decisão política já que, por meio de seu trabalho de agendamento e de enquadramento, eles gerariam os insumos de maior visibilidade e, portanto, com maior capacidade de conseguir influenciar o segundo tipo de opinião.

Este, por seu turno, seria aquele produzido pelas pesquisas de opinião. Um tipo que se refere, assim, àquela “opinião que aparece nas sondagens realizadas para fins políticos ou mercadológicos.” (ibidem, p.114). Esse segundo tipo de opinião teria um peso relevante no processo de configuração das ações do sistema político, tendo em vista que a própria ação dos agentes políticos institucionais (a exemplo dos partidos, representantes e candidatos a cargos eletivos) tende a ser formulada e reformulada em função das preferências do público reveladas por essas sondagens (ibidem, p.114-115). Tais preferências do público - vale novamente frisar - seriam elas mesmas condicionadas pela *opinião publicada*, pois seria esta a principal fonte de informação e opinião política utilizada pelos cidadãos.

Essas duas outras formas de opinião (estritamente ligadas à dimensão da *visibilidade*) apresentar-se-iam, para Gomes, como bem mais elucidativas do que a opinião da esfera pública habermasiana, a qual primaria pela discutibilidade. Esses dois outros tipos de opinião seriam mais elucidativos já que eles conseguiriam descrever, com mais

fidedignidade, o processo pelo qual os fatores ligados ao público incidiriam sobre as instâncias formais do poder político.

O argumento de Gomes é que, ao ignorarem o papel fático que esses dois outros tipos de opinião exercem em termos de influência política, os autores deliberacionistas acabariam por colocar em xeque a própria validade empírica do conceito de esfera pública:

A predileção pela discutibilidade em detrimento da visibilidade tem como consequência enfraquecer empiricamente a noção de esfera pública, embora, de um ponto de vista ideal (epistemológico, como prefere Habermas), a escolha se justifique. A rigor, o fato de as opiniões públicas do tipo dois e três serem mais eficazes do ponto de vista da influência política, aponta para o fato de a visibilidade ser, na prática, mais influente do que a discutibilidade. (GOMES, 2008a, p.115).

Mas o que consistiria exatamente uma influência maior da visibilidade sobre a discutibilidade? Para que essa questão possa receber uma tentativa de resposta é preciso compreender, mais em detalhe, quais fenômenos estão por trás da noção de visibilidade pública. Isso porque, para além da definição já discutida que está vinculada às formas expressivas que se dão a ver, isto é, que estão em contraste à reserva, ao recato e ao segredo, existe também ligado a esse termo um fenômeno que carrega níveis bem mais densos e extensos de denotação. Níveis esses que aparecem quando a idéia de visibilidade está referida àquilo que Gomes identificou, em sua obra, como sendo a noção de *esfera de visibilidade social*.

Uma noção que, aliás, forneceria boas razões a Gomes no momento em que ele reclama da pouca importância que Habermas concedeu à visibilidade ao longo de seu trabalho teórico acerca da esfera pública. Isso porque, segundo a análise do pesquisador brasileiro, esse conceito como domínio daquilo que é público, daquilo sobre o qual se pode falar sem reservas seria o sentido mais original da expressão (Gomes, 2006, p.56). Fala-se em uma maior originalidade dessa acepção fazendo-se uma referência implícita a *Mudança Estrutural*, quando Habermas discute aí a noção de esfera pública burguesa como um tipo histórico específico desse fenômeno. Um tipo histórico de esfera de visibilidade social que possuiu, como uma de suas principais características, a produção de uma comunicação pública crítica voltada polemicamente contra o Estado, ao contrário da esfera pública feudal, a qual “dava-se a qualquer momento e lugar e não era propriamente uma esfera de comunicação política.” (HABERMAS, [1962] 1984, p.20-21).

Desse modo, o sentido original apontado por Gomes da noção de esfera pública seria aquele referente ao fenômeno social que “responde a demandas de sociabilidade e comunicação. Fundamental em todas as formas sociais para a construção e manutenção do cimento social” (GOMES, 1999, p.213). A comunicação gerada, nesse âmbito, não

teria como função primeira, portanto, o estabelecimento da discussão pública com fins últimos de alcançar a formação de opiniões que influenciem os processos de tomada de decisão política. O quê a esfera de visibilidade pública formaria, nesse entendimento, seria um amplo conjunto de materiais cognitivos e simbólicos amplamente compartilhados que serviriam para propósitos de sociabilidade, para a formação ou manutenção de laços sociais.

Mas, então, porque a noção de esfera de visibilidade social se apresentou com tanta força nas primeiras formulações de Habermas acerca da esfera pública se o quê sempre interessou ao pensador alemão foi a comunicação crítica empreendida pela esfera civil cujo objetivo era provocar influência sobre o poder político?

A explicação pode ser encontrada no fato de que o período que marcou o surgimento do Estado moderno ter sido justamente o momento inaugural em que a esfera de visibilidade social típica da sociedade burguesa se viu habitada, quase que inteiramente, por uma comunicação crítica. Comunicação esta que, ao ser empreendida por sujeitos destituídos de influência formal sobre o sistema político, construíram uma forma de fazer com que, pela primeira vez, o poder político perdesse sua aura e altura (Gomes, 2008b, p.134).

Mas se esse momento inaugural marcou uma novidade nas formas de visibilidade social precedentes, porque, então, privilegiar a argumentação crítica, publicamente orientada em detrimento daquela teia expressiva mais larga, que contém tantos os assuntos do mundo político como de outros campos sociais?

Nesse sentido, uma resposta possível seria que o conceito de esfera pública trabalhado por Habermas sempre teve a intenção de ser um instrumento analítico para identificar fenômenos pelos quais uma contigüidade entre esfera civil e esfera política pudesse ser apreendida de modo a atender os princípios modernos da soberania popular. E para isso, a noção de esfera de visibilidade social só se faz útil quando designa aqueles materiais que possam formar opinião pública politicamente relevante. A partir daí, torna-se mais fácil perceber porque Habermas se viu tão preocupado quando observou, dentre vários outros fenômenos, que o *médium* fundamental por onde os materiais da comunicação política circulavam – a imprensa – viu-se invadido pelas outras instâncias da visibilidade social⁷ e por sua lógica mais essencial: a constituição de sociabilidade. Uma invasão que, a um só tempo, alargou enormemente o público da cena política, quanto diminuiu sensivelmente suas formas expressivas crítico-rationais⁸.

Que, então, a ampliação do público dessa esfera de visibilidade pública política produzida com o advento da indústria cultural também constitui um aspecto democrático importante para Habermas é algo que já parece ser um ponto pacífico, tal como foi observado ao final da secção anterior, quando examinamos algumas das perspectivas mais recentes do autor. No entanto, ao persistirem preocupações do autor alemão quanto à qualidade argumentativa do ambiente da comunicação de massa (Habermas, [1992] 1997, p.110), permaneceria um ato analítico que, para Gomes, seria um tanto despropositado.

Isso porque, segundo as análises do autor brasileiro levam a crer, os *media* não teriam a responsabilidade de serem somente ou predominantemente debate público, já que sua função primeira seria prover insumos para a produção de sociabilidade, de constituir *visibilidade pública*. Esta, por sua vez, “nunca teve a obrigação de se transformar em esfera do debate público e nenhuma sociedade parece ter sentido a necessidade de transformá-la nisso.” (GOMES, 1999, p.216).

A preocupação persistente de Habermas quanto à qualidade argumentativa da mídia faria, assim, eco a um movimento analítico que Gomes avaliou ser um pecado conceitual grave do autor alemão. Esse pecado foi confundir a cena pública com a esfera de discussão pública. Ao realizar uma sobreposição de ambas, esperando que as caracterizações da segunda superassem as da primeira, resolveu-se, então, que algo muito grave se passava com a esfera pública.

A análise de Gomes do conceito, nesse sentido, delimita, de maneira mais nítida, dois fenômenos sociais de naturezas distintas. De um lado, há a *visibilidade*, que trata de todos os materiais cognitivos e simbólicos amplamente compartilhados que dinamizam a sociabilidade, incluindo aí as controvérsias políticas e, de outro, há a *discutibilidade*, que trata de um modo particular⁹ de resolver essas controvérsias: a discussão pública.

Essa delimitação abre, assim, a perspectiva de uma expectativa bem menos exigente com relação às funções políticas e de produção de debate público com relação à esfera de visibilidade constituída pelos *media*. Com menores obrigações, pois, a partir do momento que a mídia massiva se mostra como uma instância especializada em mediar uma série de materiais cognitivos e simbólicos que visam atualizar os laços sociais, seria bastante despropositado esperar que, nela, predominassem o debate e a discussão política.

Essa delimitação analítica produzida por Gomes implicaria em menores obrigações sobre o ambiente midiático, mas, ao mesmo tempo, condicionaria o exame das discussões políticas ocorridas fora dele a muito mais relevância do que se poderia anteriormente prever. Isso fica claro quando o autor brasileiro afirma que “a esfera de visibilidade pública torna disponíveis, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público.” (GOMES, 2008b, p.136). Se não é a mídia massiva sozinha quem produz esses temas ou mesmo os insumos que se apresentam para interpretá-los, então investigar em quais âmbitos eles surgem, como são processados e como entram em interface com o ambiente midiático é algo que passa a ter outro peso analítico. Um peso que é evidenciado, de maneira mais intensa, justamente quando Gomes acaba por destrinchar a noção de esfera pública em visibilidade e discutibilidade.

Não obstante todas as vantagens oferecidas por essa digressão conceitual, o próprio Gomes parece, num outro momento, voltar ao estado inicial do debate. Isso tendo em vista que os problemas que afligiram Habermas permanecem extremamente sólidos quando o autor brasileiro afirma que a visibilidade é mais influente do que a discutibilidade. Ora, então nada de adiantaria realizar esse refinamento conceitual se, no final de contas, o resultado for o mesmo: uma esfera de mera exibição política, extremamente pobre em termos discutibilidade, obtendo mais poder e influência do que a esfera de discussão pública propriamente dita.

É pela suposta maior influência da visibilidade, então, que Gomes se coloca em desagrado quando Habermas fornece doses decrescentes de atenção ao papel exercido por ela na configuração da opinião pública.

Nesse caso, talvez não se trate simplesmente que a atenção seja decrescente a esse fenômeno, mas sim que aumenta, na obra do autor alemão, a importância em relação aos processos de intercruzamento entre as diversas arenas comunicativas do sistema deliberativo (Mansbridge, 1999). Esse conceito visa destacar como o processo deliberativo, proposto por Habermas, formar-se-ia a partir de uma esfera pública influente e autêntica operando no seio das sociedades democráticas. Trata-se de um projeto analítico que, aliás, já tinha sido esboçado na parte final de *Mudança Estrutural*¹⁰. Esse projeto, por sua vez, passa a ganhar contornos ainda mais nítidos, no início da década de 90, quando Habermas aponta para uma porosidade entre diversas instâncias de comunicação de modo a visualizar a esfera pública como parte estrutural do processo de legitimação política. Uma porosidade que abarcaria a produção de debates políticos

levando em conta, mesmo que implicitamente, as duas dimensões que vimos ser próprias da noção de esfera pública (a discutibilidade e a visibilidade):

é possível, e, em que medida, que um espaço público dominado pelos mass-mídia possa conceder oportunidades aos atores da sociedade civil de porem em cheque, com alguma esperança, o poder invasor das mídias políticas e econômicas e, então, de mudar, de reconstituir de maneira inovadora e de filtrar de maneira crítica o espectro de valores, de temas e razões canalizadas por uma influência exercida do exterior? (HABERMAS, 1999, p.27).

Em *Direito e Democracia*, essa porosidade é prevista a ocorrer com o estabelecimento de procedimentos que permitiriam uma combinação entre as deliberações realizadas pelas instâncias formais que compõe o sistema político com as conversações e entendimentos capilarizados pelo tecido social. Nesse momento, então, o intercruzamento entre diversas arenas comunicativas passa a ganhar horizontes cada vez mais amplos e anárquicos. Sob o modelo de circulação do poder proposto por Habermas, diversas arenas discursivas se organizariam e se cristalizariam no interior de associações. Essas, por sua vez, agenciariam o movimento de fluxos comunicacionais "formando os componentes informais da esfera pública geral." (HABERMAS, [1992] 1997, p.33). Nesse processo, não se perde de vista, ao contrário do que sugere Gomes, o papel exercido pelos *media* nem pela sociedade civil organizada em prover a *eficácia* necessária para que essas dinâmicas comunicativas exerçam pressão sobre o sistema político:

Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a *iniciativa* de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, "advogados", autoproclamados, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidades, etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas. E estes, por seu turno, têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois, para atingir o grande público e a "agenda pública", tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. (HABERMAS, 1997, p.116 – grifos do autor).

As proposições de Habermas, nesse caso, parecem ser perfeitamente compatíveis com as análises de Gomes quando este aponta que a "esfera pública contemporânea, como esfera argumentativa, realiza-se em grande parte fora da comunicação de massa." (GOMES, 2008b, p.147).

Esse tipo de esfera de argumentação, desse modo, manteria significativa relação com a esfera de visibilidade pública já que provêm justamente dela o maior volume de fatos e materiais políticos que são apropriados e processados nas discussões políticas estabelecidas nas mais diversas circunstâncias sociais (desde aquelas dos pontos de ônibus até as do Parlamento).

Nesse sentido, há aqui a perspectiva de que uma série de debates que se processam na esfera de discussão pública possui um ponto de contato proeminente com a esfera de visibilidade pública midiática (Cf. Gomes, 2008b, p.160). Um contato que, no caso, não se daria de modo unidirecional, em que os insumos processados nas esferas de discussão pública são simplesmente lançados à visibilidade. Em sentido diverso, o contato se estabelece a partir de um digrama circular de retro-alimentação, em que as questões tornadas visíveis voltam para as arenas comunicativas, gerando novos impulsos interpretativos, os quais, por sua vez, poderão voltar a ser lançados aos *media* (Maia, 2004, p.17).

Um diagrama que poderia ser identificável muito bem com a porosidade discursiva que Habermas aponta como sendo o movimento de adensamento que as discussões ganham quando culminam em opiniões públicas. Um processo que, a partir do momento que envolve o âmbito dos *media*, o próprio Gomes descreve com precisão:

poderemos ao menos imaginar um diagrama circular de trânsito entre as duas esferas. Na verdade, trata-se da fluidez fundamental das sociedades contemporâneas que faz com que temas "situados" na cena midiática "entrem" e "saíam" dos *media* provenientes da esfera pública ou dos sujeitos sociais e destinados aos sujeitos sociais e à esfera pública. Nesta perspectiva, a idéia da esfera pública política à mercê dos *media*, entendidos como uma instância produtora e gerenciadora de mensagens voltadas para a dominação, perde força e capacidade de convencimento em volumes consideráveis. (GOMES, 1999, p.225).

Se o que é tornado visível não é simplesmente uma criação independente por parte dos *media*, mas estabelece uma conexão dinâmica com os processos comunicativos gerados em ambientes de comunicação fora dos *media* e que, muitas vezes, detém fortes doses de discutibilidade (Cf. Habermas, [1992] 1997, p.116), então não se pode reclamar que a *opinião publicada* não tenha lastro na discutibilidade. Desse modo, talvez não seja totalmente próprio se acusar Habermas de sustentar um quadro teórico que não prevê uma dimensão empírica consistente para explicar a esfera pública contemporânea. Isso não quer dizer que a pouca atenção à visibilidade produzida pela indústria da comunicação de massa não possa ser considerada uma lacuna a ser preenchida por outras pesquisas. Uma lacuna, pois o quanto, de fato, existe de autenticidade e efetividade de uma opinião pública agindo como um cerco sobre o sistema político é algo que o próprio Habermas considera ser uma tarefa de pesquisa ainda a ser plenamente realizada.

Em contrapartida, grande parte de seus esforços vai justamente no sentido de conceder *plausibilidade* a esse fenômeno. Um esforço que é combinado, ao mesmo tempo, com a identificação dos riscos e das insuficiências que se apresentam no quadro das democracias contemporâneas para a realização de uma esfera pública não colonizada

pela racionalidade instrumental ou que não incorra em curtos-circuitos procedimentais (Habermas, [1992] 1997, p.120-121).

Considerações finais:

Nesse artigo, buscamos explorar as vantagens e problemas que o destrinchamento conceitual da esfera pública em visibilidade e discutibilidade oferece para se interpretar as funções políticas dos *media*. No que diz respeito às vantagens, duas linhas de argumentação se mostram bastante profícuas.

A primeira revela os ganhos que o aumento da visibilidade sobre as negociações e ações dos representantes políticos proporcionou para o sistema democrático. Esses ganhos se dão pelas mãos do jornalismo investigativo e pelas editoriais de política em proporcionar melhores condições para que a esfera civil possa exercer seu papel de vigilância e influência sobre a esfera política. A segunda linha, por sua vez, coloca exigências normativas mais adequadas para se interpretar os *media*. A partir do momento que se atribui a eles a competência primeira de ser um sistema especializado em produzir visibilidade pública, faz-se com que não se exija da cena midiática uma predominância de debate público sobre sua grade de programação. Esse menor grau de exigência seria, nesse sentido, uma resposta adequada quanto às preocupações daqueles (inclusive de Habermas) que ainda insistem na parca quantidade e qualidade do debate operacionalizado pelos *media* como um defeito grave da esfera pública contemporânea.

Os problemas, no entanto, começam a aparecer quando a dimensão da discutibilidade é utilizada para colocar em xeque a potencialidade empírica da noção de esfera pública. Essa operacionalização analítica se mostra especialmente grave quando se sugere que a visibilidade é mais influente que a discutibilidade. Tal afirmação parece ignorar que a própria visibilidade midiática está conectada a um processo deliberativo ampliado que se configura por um controle público difuso e competente das pautas políticas. Um controle este que, ao mesmo tempo em que lança insumos para a esfera midiática, recebe insumos desta, criando, assim, uma dinâmica circular de processamento de questões.

Certamente que evidenciar esse processo ainda é um desafio empírico. Não obstante, esse desafio não coloca em xeque a validade teórica do quadro habermasiano da democracia deliberativa. O que ele faz é dar urgência e relevância aos esforços de pesquisa¹¹ que visam demonstrar, com parâmetros normativamente calibrados, que os *media* se comportam como uma das arenas centrais da deliberação pública. Um comportamento este que, no caso, estaria bem distante daquilo que a tradição do mal estar midiático tem sugerido.

Referências bibliográficas:

- AVRITZER & COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol.47, n.4, p.703-728, 2004.
- BOHMAN, James. **Public deliberation**: pluralism, complexity and democracy. Cambridge: MIT, 1996.
- COLEMAN, Stephen. The new media and democratic politics. **New Media & Society**, London. 2000. vol.1, n.1, p.67-74.
- DRYZEK, John; NIEMEYER, Simon. Discursive representation. **American Political Science Review**, Cambridge. 2008. vol.102, n.4, p.481-492.
- FERREE, Myra Marx et al.; GAMSON, William Anthony; GERHARDS, Jürgen; RUCHT, Dieter. **Shaping Abortion Discourse**: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres P. (Org.). **Mídia**, esfera pública e identidades coletivas. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.49-62.
- _____. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A.A.C; BETZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Ed.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, Compos, 1999.
- _____. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. In: _____.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia** – problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008(a), p.69-115.
- _____. Da discussão à visibilidade. In: _____.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia** – problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008(b), p.117-162.
- _____. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: _____.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia** – problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008(c), p.31-68.
- _____. Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do **XVI Encontro da Compós**, na UTP, Curitiba, 2007.
- _____. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia** – problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. (Originalmente publicado em 1992).

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Originalmente publicado em 1962).

_____. *O Espaço Público, 30 anos depois*. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, ano VII, n.12, Unicentro, Belo Horizonte, 1999. (Originalmente publicado em 1990).

MAIA, R.C.M. "Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública". In: LEMOS, A. et al. **Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.09-38.

_____. Media e deliberação pública: mediações possíveis (completo). In: **Anais do XI Encontro Anual da Compos** - CD-rom. Rio de Janeiro: COMPOS, 2002.

_____. Mediated Deliberation: The 2005 Referendum for Banning Firearm Sales in Brazil. The International **Journal of Press/Politics**, v.14, p.313-334, 2009(a).

_____. (Org.). **Mídia e deliberação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: _____; CASTRO, M.C.P.S. (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidade Coletivas**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.11-46.

MANSBRIDGE, J. (1999) Everyday Talk in the Deliberative System. In: MACEDO, S. (ed.) **Deliberative Politics**: Essays on 'Democracy and Disagreement'. New York: Oxford University Press, p.211-39.

MENDONÇA, R.F. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v.4, p.73-98, 2006.

_____. **Reconhecimento e Deliberação**: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - PPGcom, UFMG, Belo Horizonte.

_____.; SANTOS, D.B. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, p.507-542, 2009.

MIGUEL, L.F. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A. A. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**: Ensaio sobre Mídia, Cultura e Política. São Paulo: Hacker, 2004, p.53-68.

PORTO, M.P.; BASTOS, B.B.; VASCONCELOS, R.F. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: Análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral. In: RUBIM, A. A. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**: Ensaio sobre Mídia, Cultura e Política. São Paulo: Hacker, 2004, p.53-68.

WESSLER, Hartmut. Investigating Deliberativeness Comparatively, **Political Communication**, 25:1, p.1-22, 2008.

Notas:

¹ Esse artigo é resultado do desenvolvimento de algumas das discussões realizadas com o professor Dr. Wilson Gomes durante o período de estágio sanduíche (mestrado) em que estive sob sua orientação no âmbito da Poscom-UFBA (julho a dez de 2008). Esse estágio foi viabilizado por um projeto Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Capes) que estabelece a cooperação entre os grupos de pesquisa em Comunicação, Internet e Democracia (Poscom-UFBA) e o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), coordenado pela prof. Dra. Rousiley Maia (PPGcom-UFMG). Agradeço ambos os professores pela valiosa cooperação que vem sendo realizada, sem a qual esse processo de formação seria, indubitavelmente, de menor grau formador.

² "O primeiro requisito de uma opinião pública autêntica é atendido pela afirmação de que a esfera pública, *medium* fundamental para a geração de opinião pública, apóia-se no mundo da vida. O segundo requisito é explicitado em toda parte. A opinião pública, reitera Habermas, não é um agregado de opiniões sustentadas por pessoas isoladas e expressas privadamente; a opinião só é realmente pública se for precedida por processos de debates coletivos em uma 'esfera pública mobilizada' (Habermas, 1994, p.438). O terceiro requisito, pouco explorado, é a aprovação ou assentimento que ela consegue arrebatar." (GOMES, 2008a, p.93-94).

³ É inclusive oportuno destacar que essas revisões que Habermas conduziu se deram muito mais no âmbito da recepção do que no âmbito da produção da indústria cultural (cf. em Habermas, 1999, p.17).

⁴ Ricardo Mendonça também destaca alguns aspectos positivos em relação ao papel dos *media* em prover situações de comunicação que promovem qualidades importantes ao debate público: "Os *media* também têm papel fundamental nesse processo ao possibilitar interlocuções mais amplas e publicamente acessíveis. A materialização do discurso em produções midiáticas demanda certas ordenações e construções que facilitem a compreensibilidade, além de impor certos constrangimentos em virtude da abrangência de sua audiência." (MENDONÇA, 2006, p.82-83).

⁵ Um outro autor que parece confirmar a análise de Gomes seria James Bohman (1996) quando este diferencia duas acepções distintas do termo publicidade (*publicity*). Nesse sentido, para Bohman haveria uma acepção fraca de publicidade, entendida como mera visibilidade e uma acepção forte do termo, que consistiria na oportunidade irrestrita da troca de posições argumentativas, na atividade dialógica capaz de contar não somente com um auditório ampliado, mas com um corpo alargado de interlocutores que prefeririam suas posições em relação aos seus parceiros de discussão, primando pelos princípios da compreensibilidade das razões apresentadas e pela igualdade de participação (Bohman, 1996, p.37-46).

⁶ Dentre os fatores ligados ao público, a opinião pública incidiria muito seriamente nos cálculos das articulações políticas devido, principalmente, a dois fatores: a) um permanente controle cognitivo da esfera civil sobre a esfera política através da aceleração e intensificação da informação política e b) uma indústria da informação independente e sempre desconfiada da esfera política, "cujo resultado mais sério é justamente reduzir o âmbito de discricção onde se processam os negócios públicos." (GOMES, 2004, p.111).

⁷ Não por acaso, Habermas utiliza a expressão "refeudalização da esfera pública" (1984, p.270) para destacar essa invasão.

⁸ Estamos nos referindo aqui ao fenômeno identificado em *Mudança Estrutural* (Habermas, [1962] 1984) que aconteceu com a imprensa. Se entre os séculos XVII e XIX, ela era dominada por um jornalismo político amador que alcançava uma pequena parte da população (algo em torno de 5%), o século XX transformou essa imprensa à condição de indústria cultural, o que fez com que as editorias de política perdessem espaço, gerando então uma ampliação considerável na proporção de leitores. É inclusive devido a essa escala bem mais robusta de receptores que surge a idéia de uma comunicação de massa.

⁹ Outro modo bastante recorrente de se resolver controvérsias políticas, nos sistemas democráticos, seria a barganha. Com relação a esta, Habermas afirma que "a política dialógica e a política instrumental podem entrelaçar-se no campo das deliberações" (1999, p.45).

¹⁰ Eis a passagem que explicitaria de modo mais claro esse projeto: "Uma opinião rigorosamente pública só pode estabelecer-se, pelo contrário, à medida em que ambos os setores de comunicação passam a ser intermediados por aquele outro, que é o da 'publicidade crítica'. Certamente, uma tal mediação só é possível hoje, numa ordem de grandeza sociologicamente relevante, por meio da participação de pessoas privadas num processo de comunicação formal conduzido através das esferas públicas internas às organizações." (HABERMAS, [1962] 1984, p.287). No texto sobre a esfera pública, 30 anos depois, o autor coloca a questão mais nitidamente: "É nessa perspectiva que se explica o modelo, provisoriamente esboçado no fim do livro, de uma arena dominada pelos mass-media, nas quais se chocam tendências contraditórias. O nível de vassalização do poder devia-se medir em função do grau segundo o qual as opiniões informais não públicas (e, pois, essas evidências culturais, que constituem o contexto do mundo vivido e o fundamento da comunicação pública), são curto-circuitadas pelo fluxo de opiniões formais, quase públicas, produzidas para os mass-mídia, sobre as quais a economia e o Estado tendem a agir como sobre elementos do ambiente do sistema, ou melhor, na medida em que esses dois domínios são mediatizados por uma publicidade crítica. Eu considerava, então, que essa publicidade crítica não podia ser levada senão pelos partidos e pelas associações democratizadas do interior. Os espaços públicos constituídos no seio dos partidos e das associações me pareciam representar o ponto de junção virtual para uma comunicação pública ainda suscetível de ser regenerada. Essa consequência resultava da passagem a uma sociedade de organização na qual não são mais os indivíduos livremente associados, mas os membros de grupos coletivos organizados no seio de um espaço público policêntrico, que entram em concorrência para obtenção de consentimento de massas passivas, que lutam tanto entre si, como, sobretudo, contra o complexo massivo das burocracias estatais com vistas a estabelecer compromissos de interesses e de poder." (HABERMAS, 1999, p.18).

¹¹ Felizmente, há pesquisas - tanto no âmbito nacional (Maia, 2008; Mendonça & Santos, 2009; Mendonça, 2009) como internacional (Ferre et al, 2002; Maia, 2009; Wessler, 2008) - que vêm enfrentando seriamente esse desafio.